



Tribunal Regional Eleitoral
do Rio de Janeiro

PAC

Plano Anual de Capacitação 2022

Versão 1.1



Unidades de Formação

EJE – Escola Judiciária Eleitoral

SEPLAT – Seção de Planejamento e Treinamento da VPCRE

SEDCOR – Seção de Educação Corporativa da SGP

Rio de Janeiro, RJ, junho de 2022

Histórico de registros

Versão ¹	Data	Descrição	Responsável
1.0	30.11.2022	Aprovação do Plano Anual de Capacitação 2022	Presidência do TRE RJ
1.1	24.06.2022	Revisão do Plano Anual de Capacitação 2022	Presidência do TRE RJ

¹ Os índices de versão são números sequenciais, com uma casa decimal. As versões que não impliquem em mudança significativa de conteúdo, por exemplo, correções ortográficas e formatação, terão a numeração acrescentada em uma unidade na casa decimal.

Sumário

Histórico de registros	2
Sumário	3
Apresentação	4
Normativos orientadores	5
1. Introdução	7
2. Planejamento do PAC 2022	9
3. Execução do PAC 2022	12
4. Acompanhamento do PAC 2022	13
ANEXO I – Capacitações previstas	14
ANEXO 2 – Alterações desta revisão	22

Plano Anual de Capacitação 2022

Apresentação

O Plano Anual de Capacitação (PAC) está previsto na Resolução TSE nº 22.572/2007 e tem por objetivo servir de referência às ações de educação corporativa, com vistas à formação, atualização e aperfeiçoamento contínuo dos servidores e magistrados do Tribunal Regional Eleitoral de Rio de Janeiro.

No âmbito deste Regional, o planejamento das ações de capacitação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores estão previstos na Resolução TRE/RJ nº 975/16 e, a elaboração, execução e avaliação do PAC, no Ato GP nº 09/2017.

Conforme Resolução TSE nº 22.572/2007, são áreas de interesse da Justiça Eleitoral aquelas necessárias ao cumprimento da missão institucional, relacionadas, prioritariamente, aos serviços de processamento de feitos; análise e pesquisa de legislação, de doutrina e de jurisprudência nos vários ramos do Direito; estudo e pesquisa do sistema judiciário brasileiro; organização e funcionamento dos órgãos judiciais e as inovações tecnológicas introduzidas; elaboração de pareceres jurídicos; gestão estratégica de pessoas, de processos, de projetos, de informação e de conhecimento; gestão da qualidade; material e patrimônio; orçamento e finanças; controle interno e auditoria; tecnologia da informação; comunicação; saúde; segurança; engenharia e arquitetura, bem como aquelas que venham a surgir no interesse e no âmbito do TRE-RJ.

O PAC 2022 tem por objetivo principal nortear as ações de capacitação, estabelecendo critérios, temas e metodologias a serem utilizados para o desenvolvimento das competências dos servidores, de forma a permitir o melhor desempenho de suas atividades, alinhados com o Planejamento Estratégico 2021-2026.

Esta revisão tornou-se necessária para permitir que o PAC 2022 esteja ajustado às novas demandas surgidas ao longo deste semestre, considerando o dinamismo inerente aos tempos modernos, a publicação de novas diretrizes normativas e seus impactos no direcionamento das capacitações para que tenhamos uma equipe preparada para atuar frente aos novos desafios impostos.

Normativos orientadores

Gerais

- Res. TSE 22.572/07: Dispõe sobre o Programa Permanente da Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores da Justiça eleitoral e dá outras providências.
- Res. CNJ 192/14: Dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário.
- Res. TRE RJ 975/16: Dispõe sobre o planejamento das ações de capacitação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.
- Ato GP 09/17: Dispõe sobre a elaboração, execução e avaliação dos Planos Anuais de Capacitação do TRE RJ.
- Resolução TSE nº 23.380/2012 (Adicional de Qualificação).
- Ato GP 506/07 (não poderá participar de eventos presenciais de capacitação o servidor que estiver em férias. O servidor poderá gozar férias em parte do período em que participar de eventos de capacitação a distância, ficando o seu aproveitamento, porém, condicionado ao cumprimento da carga horária do curso).
- Resolução nº 22.692/08 - Estabelece diretrizes para a implementação da metodologia da educação a distância - EAD no âmbito da Justiça Eleitoral.
- Capacitação realizada por servidores da SEDCOR, EJE, SEPLAT, CDESC e ASPLAN, no curso *“Como estruturar o planejamento anual de T&D e definir indicadores de resultados”*, em agosto de 2020, protocolo SEI 2020.0.000023642-8.
- Res. TSE 23.545/2017: Dispõe sobre a gratificação por encargo de curso ou concurso no âmbito da Justiça Eleitoral e dá outras providências e processo SEI.

Específicos

- Res. CNJ nº 351/20, institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.
- Res. CNJ 370/21: Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).
- Res CNJ 347: dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário e processo SEI 2020.0.50095-8.
- Res. CNJ 401: dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário (capacitação de servidores em normas e padrões de acessibilidade e na aplicação de tecnologias assistivas e libras).
- Ato GP 221/2020 Dispõe sobre os critérios para a participação dos titulares de funções comissionadas de natureza gerencial em curso de desenvolvimento gerencial no âmbito do TRE RJ.

- Ato GP 222/2020: disponibiliza a Matriz de Competências Gerenciais para fins de desenvolvimento gerencial dos titulares das funções comissionadas de natureza gerencial no âmbito do TRE RJ.
- ATO GP 151/2022 – altera o Ato GP 222/2020, que disponibiliza a matriz de competências gerenciais no âmbito do TRE-RJ.
- Diretrizes para implantação da LGPD: Processo SEI 2019.0.000052095-0, despacho 0965142, item 2. CONSCIENTIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E COMUNICAÇÃO.
- Matriz Básica de Conhecimento Eleitoral: Processo SEI 2019.0.000013347-7.
- Res. TRE RJ 1113/19 e processo SEI 2020.0.53328-7: dispõe sobre o regime de teletrabalho no âmbito do TRE RJ.
- Cursos sobre o SEI - Processos SEI 2020.0.000022283-4 e 2020.0.000021961-2.
- TSE nº 22.595/07 (Reciclagem Agentes de Segurança).
- Resolução TRE-RJ Nº 1.146/2020 Institui o Plano de Segurança Institucional do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.
- Resolução CNJ nº 291, de 23 de agosto de 2019 e a Resolução TER/RJ nº 1.135/2020, institui a Comissão Permanente de Segurança do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro-CPSEG.
- Ato GP 225/2020- institui o Plano de Formação e especialização de agentes de segurança no âmbito do TRE-RJ.
- Meta específica Nº 1 do CNJ – promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral.
- Resolução TRE RJ nº 1.160/2021, Constitui o Núcleo de Cooperação Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro e dá outras providências, Recomendação CNJ nº 107/2021 e SEI 2021.0.000043148-0.
- Ato GP 131/2022 - Institui o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro – PLS-TRE-RJ para o período de 2021 a 2026.
- Res. CNJ nº 309/2020 e Res. TRE RJ n.º 1.139/2020 - Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário – DIRAUD-Jud.
- Meta específica Nº 2 do CNJ – Fomentar a participação feminina no processo eleitoral.
- Res. TSE nº 23.607/2019 e Res. CNJ nº 255/2018 – Participação feminina no processo eleitoral – público externo.
- Res. CNJ nº 255/2018 – Institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário.
- Res.CNJ nº 270/2018 – dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros.
- Res. TRE-RJ nº 948/2016 – capacitação continuada em ética

1. Introdução

A pandemia ocasionada pela COVID-19, iniciada em março de 2020, trouxe profundas mudanças para o cenário da Educação Corporativa, fazendo do EAD, a principal modalidade de ensino.

O avanço da vacinação contra a Covid-19 no Brasil está permitindo o retorno ao trabalho presencial, de forma gradativa.

Desta forma, a presente proposta para o PAC 2022, enquanto instrumento que reúne estratégias educacionais, foi construída levando em consideração o atual cenário, bem como, o novo Plano Estratégico do TRE 2021-2026, as Eleições Gerais de 2022 (atendendo às capacitações previstas no PIE 2022), novas legislações como LGPD, a nova Lei de Licitações, Gerenciamento de Riscos, Governança de Contratações e Auditoria e Controle, entre outros desafios.

Importante frisar que o presente plano não representa um engessamento das ações de capacitação, visto que outras demandas poderão surgir ao longo de 2022.

O PAC está aberto a ajustes que tenham por finalidade melhorá-lo e alinhá-lo à realidade deste Regional. Por esse motivo, estão previstas possibilidades de revisões promovidas pelas unidades de formação, com a finalidade de identificar demandas que guardem maior proximidade com a real necessidade de capacitação dos servidores, devendo, antes de incluídas, serem avaliadas, devidamente motivadas e justificadas.

As revisões do PAC, dentro do seu próprio período de execução, seguem àquela que já consta para o atendimento às demandas urgentes e não previstas. Garante a observação do caráter integrador e cooperativo exigido para sua elaboração, bem como a necessidade de planos de curto prazo visando ações mais adaptadas à realidade e condições de execução.

As demandas surgidas ao longo do ano serão analisadas e supridas, conforme as necessidades estratégicas da instituição e a disponibilidade orçamentária.

Por último, ressalta-se que cabe ao Comitê Gestor da Estratégia opinar pela aprovação ou ajustes do documento elaborado pela área de educação corporativa, antes que seja submetido à aprovação da Presidência.

.....

1.1 Objetivos

O objetivo do PAC é reunir as principais ações de capacitação que a organização deseja que sejam ofertadas aos servidores em 2022, de forma que possam desenvolver competências para o trabalhos, atuais e futuros, possibilitando assim a aquisição e o aperfeiçoamento de competências individuais e profissionais que agreguem valor à instituição e valor social ao indivíduo.

Também tem como objetivos específicos:

- a) servir como orientador na execução das ações de capacitação ao longo do ano;
- b) permitir uma execução orçamentária racional, visando à otimização dos recursos;
- c) distribuir os recursos e esforços entre os motivadores das demandas, equilibrando a realização das capacitações e,

d) atender, minimamente, às necessidades de todas as áreas do Tribunal.

1.2 Público-alvo

Este plano visa capacitar os servidores do quadro funcional do TRE RJ, requisitados, removidos, e em caso eleitoral, os mesários e demais funções que atuem nas eleições, alcançando os magistrados e público externo, por meio das ações de educação promovidas pela Escola Judiciária Eleitoral.

2. Planejamento do PAC 2022

2.1 Orçamento

Para a execução do PAC 2022, o orçamento estimado está distribuído em R\$ 850.000,00 para a CDESC - sendo deste valor, R\$250.000,00 para capacitações da área de TIC e 76.000,00 para a EJE. Para estimar os custos das demandas do presente plano, utilizamos, dentre outras fontes, a memória média de contratações precificada em 2021.

VALORES REFERÊNCIA (ESTIMADOS)		
In company presencial (até 25 participantes)	8 h	R\$ 15.000,00
	16 h	R\$ 25.000,00
	24 h	R\$ 36.000,00
In company semi-presencial (até 80 participantes)	40h	R\$ 45.000,00
In company a distância síncrono	12h	16.000,00
	16 h	25.000,00
	20h	30.000,00
	24h	32.000,00
In company a distância assíncrono	24 h	25.000,00
Presencial externo	24h	3.200,00
A distância externo	20h	1.690,00
	24h	1.800,00
Instrutoria interna	h/a	R\$ 548,75
Cartórios na sede (diária para 1 servidor):	un	R\$ 420,00
Congresso / Seminário	un	5.000,00
Fórum	un	3.500,00

2.2 Identificação das necessidades

Foram utilizadas três fontes de demandas para identificar as ações de capacitação necessárias para 2022:

- Capacitações obrigatórias - são aquelas previstas por normativos e sujeitas a acompanhamento próprio.
- Demandas corporativas - são as capacitações de iniciativa das Unidades de Formação (mas não exclusivamente) para o Tribunal, no exercício de suas competências educacionais, visando o atendimento a situações como o desenvolvimento de competências emergentes e Eleições 2022.
- LNT - Levantamento de Necessidades de Capacitação - obtido por meio de consulta própria às macro unidades e unidades subordinadas relacionadas atualização ou desempenho de saberes que suportem os processos de trabalho.

2.3 Consolidação, priorização e ajustes

A partir das fontes anteriormente citadas, foram identificadas 148 ações de educação, que após a priorização e ajustes necessários para adequação ao orçamento disponível e capacidade de execução, resultaram nas 87 ações de educação para 2022 constantes do Anexo I da Versão 1.0 do PAC 2022.

Nesta revisão do PAC algumas ações foram excluídas, outras incluídas, desmembradas ou aglutinadas, conforme explicitado no anexo 2, resultando no total de 92 ações de capacitação, constantes do Anexo 1.

Ressaltando-se que, mesmo com os cortes, o quantitativo final de ações de capacitação ainda supera a capacidade histórica de execução, mantidas a mesmas condições atuais, isto sem levar em conta as capacitações intempestivas que são realizadas sem terem sido previstas no PAC, dado que não podem ser cortadas as demandas obrigatórias e as corporativas.

2.4 Organização pelos eixos

Inspirado no Art. 9, da Resolução TSE 22.572/17, as ações de capacitação identificadas foram reunidas em 8 perspectivas ou eixos, cujo objetivo é a contemplação das diferentes perspectivas de competências, de igual importância para os resultados da organização.

Os eixos, então, são o conjunto dinâmico das demandas identificadas de capacitação, organizadas de acordo com o impacto esperado, sendo também construídos como estratégia para destacar ações que necessitem de uma atenção diferenciada.

Para 2022, os Eixos serão:

a) **Auditoria e Controle** - tem como objetivo desenvolver as competências técnicas e gerenciais necessárias à formação de auditor (Res. CNJ 309/20);

b) **Gerencial** - Eventos voltados para a formação e desenvolvimento de lideranças com a finalidade de assegurar uma linguagem gerencial única, focada na gestão estratégica do capital humano, intelectual, tecnológico, patrimonial e financeiro da Justiça Eleitoral;

c) **Governança nas Contratações** - ações de capacitação que visem o desenvolvimento de conhecimentos técnicos, habilidades e atitudes desejáveis para o bom desempenho das funções chave da gestão de contratações, incluindo dirigentes, pregoeiros, membros das comissões de licitação, servidores que atuam na pesquisa de preços, gestores e fiscais de contratos, bem como agentes que atuam nas demais fases do processo de contratações e os gestores que atuam nos instrumentos de governança, tais como o PLS e o PAC (Art. 13, Res. CNJ 347/20);

d) **Eleitorais** - Eventos que envolvam conhecimentos e habilidades relacionadas ao Direito Eleitoral e sua aplicação;

e) **Estratégia** - Eventos voltados à apropriação de tecnologias e disseminação de conhecimentos necessários para o desenvolvimento da estratégia organizacional, incluindo o Plano de Logística Sustentável;

f) **Segurança** - Eventos voltados à formação e especialização de Agentes de Segurança no âmbito do TRE/RJ;

g) **Técnico e Comportamental** - Eventos voltados para a aquisição, atualização e aperfeiçoamento de competências técnico-profissionais e habilidades comportamentais, fundamentais para o exercício das atividades do Tribunal, em áreas específicas do conhecimento, com o propósito de assegurar melhores níveis de desempenho individual;

h) **Tecnologia da Informação** - Eventos voltados ao desenvolvimento das competências gerenciais e técnicas necessárias à operacionalização da governança e do uso da Tecnologia da Informação e Comunicação;

i) **PIE 2022** - Compreende as ações de capacitação em temas relacionados à realização das eleições de 2022, notadamente aquelas previstas no PIE e nos Planos de Melhoria decorrentes das Avaliações das Eleições 2020.

EIXOS	Quantidade de ações após revisão realizada em junho/2022
Técnico-comportamental	25
Estratégia	21
Governança nas Contratações	12
TIC	11
Auditoria	10
PIE 2022	8
Eleitoral	3
Segurança	2
Gerencial	1
Total de Ações	93

3. Execução do PAC 2022

3.1 Cronograma de execução e revisões periódicas

A execução das ações aprovadas caberá à respectiva Unidade de Formação de acordo com as competências regulamentares.

Antes de iniciar o quadrimestre, as Unidades de Formação ratificarão com as unidades as ações demandadas para o período, procedendo aos ajustes necessários e orientando quanto aos procedimentos para iniciar a ação solicitada.

3.2 Certificação dos participantes

a) A aprovação nas hipóteses de cursos voltados à reciclagem, de conhecimentos e habilidades específicas para o exercício da atividade de Segurança, para fins de percepção da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS), fica condicionada ao alcance de 70% de aproveitamento, somada à frequência mínima de 75%.

b) Os treinamentos voltados para a aquisição, atualização e aperfeiçoamento de competências técnico-profissionais visando à melhoria do desempenho funcional, terão, como critério mínimo, a aprovação condicionada à frequência mínima de 75% da carga horária total do evento.

3.2 Impactos a serem observados

A participação do servidor nas ações de capacitação além da finalidade de seu desenvolvimento profissional, poderá ter impacto em um ou mais itens como validade para Adicional de Qualificação, Progressão e Promoção. E ainda o desenvolvimento Gerencial e atingimento de metas de capacitação.

4. Acompanhamento do PAC 2022

Para acompanhar a execução do PAC 2022, as unidades de educação elaborarão trimestralmente relatório que consolide as informações abaixo, cujos dados subsidiarão o acompanhamento feito pela CPLAN:

- a) o percentual do orçamento efetivamente utilizado e o disponível;
- b) o percentual de ações efetivamente realizadas;
- c) as alterações efetuadas no PAC;
- d) a quantidade de servidores treinados.

4.1 Indicadores

Corporativamente, o PAC 2022 será medido por dois indicadores:

- a) IE 42 – Taxa de Aderência, que trimestralmente mede a relação entre o total de cursos realizados e o total de cursos previstos no PAC, cuja meta para 2022 é de 60%.
- b) IE 44 – Taxa de Servidores Capacitados, que semestralmente mede o quantitativo de servidores que alcançaram o mínimo de 8 horas de capacitação no ano, cuja meta para 2022 é 40%.

O PAC também é um dos processos de trabalho acompanhados na Gestão do dia a dia. Os indicadores monitorados para esta finalidade são:

- a) Índice de Aderência ao Cronograma do PAC – IACP (Mede mensalmente a execução do cronograma do Plano Anual de capacitação conforme planejado)
- b) Execução do Orçamento de Capacitação – EOC (Quantifica mensalmente o percentual de execução dos recursos orçamentários do Plano Anual de Capacitação).
- c) Taxa de capacitações executadas e não previstas no PAC- TCENP – (Quantifica mensalmente o percentual de execução de ações de capacitações não previstas no Plano Anual de Capacitação)
- d) Tempo Médio em Ações de Capacitação por Servidor – TMACS (Mede mensalmente o quanto do tempo de trabalho dos servidores foi investido, em média, em ações de capacitação) – Indicador Suspenso em 2022.

4.2 Avaliação das ações

Orientado pelo Art. 13 da Res. CNJ 192/2014, as ações de educação serão avaliadas, independente da modalidade e sempre que possível e observada a especificidade da ação formativa, em quatro dimensões, a saber: reação, aprendizagem, aplicação e resultados, cujas avaliações servirão para a melhoria contínua das capacitações, não sendo descartadas outras métricas para esta finalidade.

ANEXO I – Capacitações previstas

EIXO AUDITORIA Unidade de Formação: SEDCOR			
Ordem	Plano/Unidade motivadora	Ação de capacitação solicitada	Observações
1	SAU	Curso de segurança da informação	Plano de capacitação próprio previsto na Res. CNJ 309/2020 e Res. TRE RJ n.º 1.139/2020 - Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário – DIRAUD-Jud. (Processo SEI 2021.0.000046296- 3)
2	SAU	Gestão Patrimonial na Administração Pública	
3	SAU	Tesouro Gerencial - Relatórios e consultas	
4	SAU	Análise de dados para fins de auditoria	
5	SAU	Auditoria em folha de pagamento com cruzamento de dados (ACL, ACSESS, EXCEL)	
6	SAU	Audi 1 - EOP, do Instituto dos Auditores Internos (IIA)	
7	SAU	Coso ERM 2017, do Instituto dos Auditores Internos (IIA)	
8	SAU	O Sistema de Registro de Preços para compras e serviços da Adm. Pública nos termos da nova lei de licitações - Lei nº 14.133/2021	
9	SAU	Análise das Demonstrações Contábeis do Setor Público	
10	SAU	CONBRAI	

EIXO PIE 2022			
Unidade de Formação: SEDCOR			
Ordem	Plano/Unidade motivadora	Ação de capacitação solicitada	Observações
1	PIE 22	Capacitação de servidores no processamento de Representações, Reclamações e Direito de Resposta.	Compreende as ações de capacitação em temas relacionados à realização das eleições de 2022, notadamente aquelas previstas no PIE e nos Planos de Melhoria decorrentes das Avaliações 2020
2	PIE 22	Treinar os servidores que auxiliarão como força tarefa no Registro de Candidaturas para utilização dos sistemas CAND, CANDex e PJE.	
3	PIE 22	Realizar treinamento em análise de contas - equipe da ASCEPA e força tarefa.	
4	PIE 22	Capacitação de servidores em instrutoria	
5	PIE 22	Capacitação das zonas eleitorais nos sistemas eleitorais	
6	PIE 22	Capacitação em procedimentos e sistemas de testes, carga e contingência de UE's.	
7	PIE 22	Capacitação da equipe de apoio à CAVE.	
EIXO PIE 2022			
Unidade de Formação: SEPLAT/EJE			
8	PIE 22	Direito Eleitoral para cartórios - Turma 2. Em especial, Fiscalização da Propaganda e Juntas eleitorais	

EIXO GERENCIAL Unidade de Formação: SEDCOR			
Ordem	Plano/Unidade motivadora	Ação de capacitação solicitada	Observações
1	SGP	Comunicação Assertiva – Competências Essenciais para Gestão de Pessoas.	Ato GP 221/2020 Dispõe sobre os critérios para a participação dos titulares de funções comissionadas de natureza gerencial em curso de desenvolvimento gerencial no âmbito do TRE RJ; Ato GP 222/2020: disponibiliza a Matriz de Competências Gerenciais para fins de desenvolvimento gerencial dos titulares das funções comissionadas de natureza gerencial no âmbito do TRE RJ.

EIXO GOVERNANÇA NAS CONTRATAÇÕES Unidade de Formação: SEDCOR			
Ordem	Plano/Unidade motivadora	Ação de capacitação solicitada	Observações
1	ASJURI	Obras e serviços de engenharia na nova lei de licitação e contratos	Plano de capacitação próprio previsto na Res CNJ 347: dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário e processo SEI 2020.0.50095-8. Soma-se a isto, as recentes alterações na Lei de Licitações
2	ASJURI	Contratação Direta nos moldes da Nova Lei de Licitação	
3	SESERG	Gestão, acompanhamento e fiscalização de contratos administrativos - destaque para a IN 05/2017 e para mudanças introduzidas pela Lei 14.133/2021;	
4	COENG	Fiscalização de contratações de obras e serviços de engenharia	
5	ASJURI	Aplicação de Penalidades nos moldes da Nova Lei de Licitações	
6	SAD	Sistemas ComprasNET	
7	PLS	Conhecendo o Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis para Contratações	
8	ASJURI	Desafios Práticos Para a Aplicação da Lei nº 14.133/2021	
9	ASJURI	9º Contratos Week – Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos	
10	ALICIT	"Pregão Presencial & Eletrônico e Sistema de Registro de Preços, na Ótica do TCU	
11	ASJURI	Nova Lei de Licitações: Planejamento, Licitação e Contrato Administrativo	
12	SAD	A fase de Planejamento de Contratações, de acordo com a Lei 14.133/2021	

EIXO TÉCNICO COMPORTAMENTAL Unidade de Formação: SEDCOR			
Ordem	Plano/Unidade motivadora	Ação de capacitação solicitada	Observações
1	OUVIDORIA	Certificação em Ouvidoria	Prioridade 1 e 2 que não foram atendidas por ações dos demais eixos (algumas ações estão distribuídas em outros eixos)
2	SGP	Pesquisa - Clima Organizacional	
3	SOF	DIRF 2022	
4	SOF	EFD-REINF E DCTWEB 2022	
5	COENG	Orçamento de obras no Volar	
6	OUVIDORIA	Tratamento de Denúncias em Ouvidoria	
7	OBRIGATÓRIO	Curso inicial de aperfeiçoamento e de formação continuada de servidores em matéria de cooperação judiciária nacional. (*)	Resolução TRE RJ nº 1.160/2021, constitui o Núcleo de Cooperação Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro e dá outras providências, Recomendação CNJ nº 107/2021 e SEI 2021.0.000043148-0.
8	OBRIGATÓRIO	Identidade de Gêneros (*)	Res. CNJ nº 270/2018 - dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros
9	OBRIGATÓRIO	Igualdade de Gêneros (*)	Res. TSE nº 23.607/2019 e Res. CNJ nº 255/2018 - Participação feminina no processo eleitoral - público externo;
10	OBRIGATÓRIO	Libras (*) Conversação para Atendimento ao Eleitor	Res. CNJ nº 401/21 - Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.
11	OBRIGATÓRIO	Acessibilidade (*)	
12	OBRIGATÓRIO	Ética (*)	Res. TRE RJ nº 948/2016 - Capacitação continuada em Ética
13	OBRIGATÓRIO	SEI Básico	Processos SEI 2020.0.000022283-4 e 2020.0.000021961-2
14	OBRIGATÓRIO	SEI Avançado	

15	SEGDOC	Workshops sobre gestão de documentos e informações	
16		Requisitos para implantação de Repositórios Digitais	
17		Curso sobre moodle e ensino a distância	
18		Auditoria em Folha de Pagamentos. Ênfase no cruzamento de dados, com base nos padrões de Auditoria de Conformidade do TCU - 2022	
19	OBRIGATÓRIO	CPDIS	Formação inicial e capacitação continuada para os integrantes.
20	SSG	Curso Completo de Manutenção Predial	
21	COPATI/ASJURI	Aposentadoria Especial e Aposentadoria da Pessoa com Deficiência - Contratação compartilhada	
22	GABPRE	4º encontro brasileiro de Cerimonialistas	
23	SOF	DCTF-WEB passo a passo	
24	OBRIGATÓRIO	Discriminação, Assédio Moral e Sexual	Portaria nº 170/2020 – Prêmio Nacional da Qualidade do CNJ
EIXO TÉCNICO COMPORTAMENTAL Unidade de Formação: SEPLAT/EJE			
25	SEPLAT / EJE	Processo Civil, na modalidade à distância	

EIXO TIC			
Unidade de Formação: SEDCOR			
Ordem	Plano/Unidade motivadora	Ação de capacitação solicitada	Observações
1	COINF	WS-011T00-A: Windows Server 2019 Administration	Plano de Capacitação próprio previsto na Res. CNJ 370/21: Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).
2	COINF	Certified Ethical Hacker	
3	STI	WEB PENETRATION TEST – Testes de invasão em aplicações web	
4	COINF	MS 10962 Advanced Automated Administration with Windows PowerShell	
5	COINF	Curso 24742-B: Identidade com o Windows Server 2016	
6	COINF	Certified Network Defender	
7	COINF	Certified Penetration Testing Professional ou CPENT	
8	CSCOR	Scrum Gathering Rio 2022	
9	STI	Inteligência Artificial / Ciência de Dados para Negócios	
10	CSCOR	Agile Brazil 2022	
11	STI	Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Privacidade (GT136) -.000013728	

EIXO SEGURANÇA			
Unidade de Formação: SEDCOR			
Ordem	Plano/Unidade motivadora	Ação de capacitação solicitada	Observações
1	OBRIGATÓRIO	PFEAS - Ato 225/2020 - Escolta de autoridades e de urnas eletrônicas.	Ato GP Nº 225/2020, institui o Plano de Formação e especialização de agentes de segurança, no âmbito do TRE RJ.
2	OBRIGATÓRIO	Reciclagem de Agentes de Segurança (*)	

EIXO ELEITORAL Unidade de Formação: EJE			
Ordem	Plano/Unidade motivadora	Ação de capacitação solicitada	Observações
1	EJE	Minicurso sobre propaganda eleitoral nas eleições 2022 à luz da jurisprudência (ênfase em propaganda eleitoral na internet, impulsionamento e shows em eventos de arrecadação de campanha).	
2	EJE	Minicurso sobre nulidades e recursos no processo eleitoral cível.	
EIXO ELEITORAL Unidade de Formação: SEDCOR			
3	OBRIGATÓRIO	Matriz Básica de Conhecimento Eleitoral	Ato GP 186/2021

EIXO ESTRATÉGIA Unidade de Formação: SEDCOR			
Ordem	Plano/Unidade motivadora	Ação de capacitação solicitada	Observações
1	ASGERI	Gestão de continuidade de negócios / Gerenciamento de crise corporativa	Ações identificadas como estratégicas pela CPLAN entre demandas recebidas de LNT e Corporativas
2	SGP	Gestão por Competências na prática - 2022	
3	SOF	Custos no Setor Público 2022	
4	CPLAN	Curso Gestão de Processos	
5	LGPD	Palestra de Conscientização sobre a proteção de dados pessoais e a LGPD	
6	LGPD	Capacitação e treinamento para os membros do CGPD e servidores envolvidos com a implementação da LGPD	
7	LGPD	Conscientização por meio de videoaulas - LGPD	
8	LGPD	Conscientização por meio de evento a ser realizado antes das eleições, no formato online e síncrono, visando ao uso adequado do PJe em face da LGPD, bem como abordagem sobre a forma de elaboração das decisões e o trâmite de processos envolvendo dados pessoais	
9	LGPD	EXIN ISFS - Information Security Foundation	
10	LGPD	Capacitação e treinamento para 3 membros do CGPD, sendo um da área de Segurança da Informação e dois da área de TI - CISSP – Certified Information Systems Security Professional	
11	LGPD	Capacitação e oficina para os gestores de ativos de informação que participarem das ações relacionadas ao Inventário de Dados Pessoais	
12	CPLAN	Design Thinking	
13	CPLAN	Gerenciamento de projetos em metodologia híbrida: curso Agilidade em Projetos e Processos	
14	CPLAN	Gerenciamento de projetos em metodologia híbrida: curso Gestão Moderna de Projetos	
15	CPLAN	Gerenciamento de projetos em metodologia híbrida: curso Gestão do Portfólio e Programa de Processos	
16	ASJUPR	LGPD aplicada aos processos judiciais	
17	ASINFO	Curso de avaliação de risco em segurança da informação baseado na norma ABNT ISO/IEC 27005	
18	COGED	O impacto da LGPD na Gestão de Processos	
19	LGPD	Curso EXIN PDPF - Privacy & Data Protection Foundation	
20	OUIDORIA	Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados	
21	CPLAN	Gestão por processos para servidores	

ANEXO 2 – Alterações desta revisão

EIXO AUDITORIA

Inclusão dos Cursos:

Análise das Demonstrações Contábeis do Setor Público

CONBRAI

EIXO GOVERNANÇA NAS CONTRATAÇÕES

Inclusão dos Cursos:

Desafios Práticos Para a Aplicação da Lei nº 14.133/2021

9º Contratos Week – Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos

Pregão Presencial & Eletrônico e Sistema de Registro de Preços, na Ótica do TCU

Nova Lei de Licitações: Planejamento, Licitação e Contrato Administrativo

A fase de Planejamento de Contratações, de acordo com a Lei 14.133/2021

Exclusão dos Cursos:

Elaboração de Estudo Técnico preliminar / Termo de Referência / Projeto Básico de Acordo com a Nova Lei de Licitações – item 5 do eixo governança das contratações na Versão 1.0 do PAC 2022 – será abarcado pelo curso incluído no item 12 desta versão: "A fase de Planejamento de Contratações, de acordo com a Lei 14.133/2021"

Pesquisa de Preços nas contratações públicas - item 6 do eixo de governança das contratações na versão 1.0 do PAC 2022 - será abarcado pelo curso incluído no item 12 desta versão: "A fase de Planejamento de Contratações, de acordo com a Lei 14.133/2021"

EIXO TÉCNICO COMPORTAMENTAL

Inclusão dos Cursos:

Curso Completo de Manutenção Predial

Aposentadoria Especial e Aposentadoria da Pessoa com Deficiência

DCTF-WEB passo a passo

4º encontro brasileiro de Cerimonialistas

EIXO TIC

Inclusão do Curso:

Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Privacidade (GTI36)

Exclusão dos Cursos:

DELL/EMC Unity Implementation and Administration

Contratação de licenças da plataforma cursos online de Tecnologia

EIXO SEGURANÇA

Exclusão do Curso:

Brigadistas

EIXO ESTRATÉGIA

Exclusão dos Cursos:

Capacitação e treinamento para os membros do CGPD e servidores envolvidos com a implementação da LGPD – item 10 eixo estratégia na versão 1.0 do PAC 2022 - duplicidade (com o item 6 do mesmo eixo)

Seminário Gestão de Riscos

Oficina 1 Gerenciamento de Riscos contratações - será abarcado pelo curso incluído no item 12 do Eixo Governança das Contratações desta versão: "A fase de Planejamento de Contratações, de acordo com a Lei 14.133/2021"

Oficina 2 Gerenciamento de Riscos contratações - será abarcado pelo curso incluído no item 12 do Eixo Governança das Contratações desta versão: "A fase de Planejamento de Contratações, de acordo com a Lei 14.133/2021"

Cursos “desmembrados”:

Mapeamento e Melhoria de processos de trabalho na Adm. Pública metodologia híbrida (item 4 do eixo estratégia na versão 1.0 do PAC 22) e Gerenciamento de Projetos em metodologia híbrida (item 17 do eixo estratégia na versão 1.0 do PAC 22), resultando nos cursos abaixo:

Gestão de Processos

Agilidade em Projetos e Processos

Gestão Moderna de Projetos

Gestão do Portfólio e Programa de Processos

Aglutinação de itens:

Os itens 11 e 12 deste eixo na Versão 1.0 do PAC 2022 eram complementares, de modo que foram aglutinados no item 10 desta versão: " Capacitação e treinamento para 3 membros do CGPD, sendo um da área de Segurança da Informação e dois da área de TI - CISSP – Certified Information Systems Security Professional"